



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

Aprova o Programa Mineiro de Imunizações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais – CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Portaria GM/MS nº 1.378, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
- a Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, que dispõe a consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 6, de 3 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS;
- a Portaria interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017, que redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações;
- a Resolução CNS nº 588, de 12 de julho de 2018 que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS);
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.279, de 25 de julho de 2023, que aprova o incentivo às ações de imunização no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.302, de 25 de julho de 2023, que aprova as regras de financiamento do projeto Vacimóvel, que visa a realização de ações de vacinação extramuros, no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- a Resolução SES/MG nº 8.888, de 25 de julho de 2023, que dispõe sobre o repasse financeiro do incentivo às ações de imunização no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- a Resolução SES/MG nº 8.914, de 25 de julho de 2023, que define as regras de financiamento do Projeto Vacimóvel;
- que a imunização é uma das principais e mais relevantes intervenções em saúde pública no Brasil, em especial pelo importante impacto obtido no controle, na erradicação e na eliminação de doenças imunopreveníveis;
- que a diminuição das taxas de cobertura vacinal nos últimos anos sinaliza um problema para a imunidade coletiva e risco do retorno de doenças até então controladas ou erradicadas;
- a necessidade de estabelecer uma Programa Mineiro de Imunizações para Vigilância das doenças Imunopreveníveis em Minas Gerais com diretrizes na prevenção e garantia do acesso universal à vacinação, de forma oportuna, resolutiva, equânime, integral e humanizada no âmbito do SUS/MG;
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 311ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de setembro de 2024.

DELIBERA:

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 1º – Fica aprovado o Programa Mineiro de Imunizações (PMI) no âmbito do SUS em Minas Gerais.

Parágrafo único - Para fins deste Programa, a imunização é o processo que permite a prevenção, o controle, a eliminação e a erradicação das doenças imunopreveníveis, assim como a redução da morbimortalidade, sendo custo-efetiva, compreendidas todas as etapas à sua consecução.

Art. 2º – O PMI tem como objetivo implementar e monitorar ações de imunização e suas estratégias a fim de assegurar a proteção e promoção da saúde.

Art. 3º – São objetivos específicos do PMI:

I – promover o acesso universal e equânime à vacinação para a população no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

II – realizar o recebimento, o armazenamento, a distribuição e o transporte adequados dos imunobiológicos e insumos, conforme previstos no Programa Nacional de Imunizações (PNI);

III – ampliar o acesso das pessoas com condições clínicas especiais aos imunobiológicos disponibilizados pelos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE), assegurando a divulgação desse serviço a população;

IV – analisar as notificações/investigações dos Eventos Supostamente Atribuíveis a Vacinação ou Imunização (ESAVI), reduzindo impactos relacionados à hesitação vacinal e a credibilidade do programa de imunização, permitindo uma resposta rápida para prevenir a ocorrência de eventos adicionais ou sua recorrência;

V – definir, implementar, monitorar e apoiar estratégias para a redução de doenças e agravos imunopreveníveis;

VI – realizar revisão das estratégias de vacinação e orientar a tomada de decisão conforme perfil e/ou situação epidemiológica;

VII – promover e implementar a Vigilância das coberturas vacinais com o objetivo de realizar ações de vacinação de acordo com as características dos territórios;

VIII – realizar a integração entre a Vigilância em Saúde (VS) e a Atenção Primária à Saúde (APS) a fim de implementar e monitorar ações e estratégias de imunização;

IX – realizar a integração e a articulação entre os diferentes setores e órgãos, governamentais ou não governamentais, visando o fortalecimento das ações de imunização;

X – promover e assegurar as ações de educação permanente e educação continuada para qualificar e atualizar os diversos atores envolvidos no processo de imunização nos territórios do estado de Minas Gerais;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

XI – sistematizar e executar as ações de mobilização social, comunicação e educação em saúde, no âmbito da imunização para os diversos atores envolvidos;

XII – fomentar a realização de pesquisas científicas e estudos técnicos no âmbito da Imunização.

Art. 4º – São princípios do PMI, em conformidade com o SUS:

I – Universalidade: garantia do acesso à vacinação para toda a população;

II – Integralidade: garantia da promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e agravos de maneira articulada às demais políticas públicas para que os indivíduos possam ter qualidade de vida;

III – Equidade: garantia de serviços e ações de vacinação equânimes adequadas às necessidades e especificidades da população;

IV – Descentralização: garantia da descentralização das competências e de responsabilidades, de maneira integrada e articulada entre as esferas de governo;

V – Participação social: Garantia da promoção da participação ativa de representantes da sociedade no processo de planejamento, mobilização, estímulo e avaliação das ações de imunização;

VI – Regionalização: organização do território conforme realidade local e em consonância com os serviços de saúde;

VII – Intersetorialidade: garantia da articulação entre os serviços de saúde, diferentes setores e órgãos para promover a conscientização da vacinação como pacto coletivo gerando corresponsabilização.

Art. 5º – São diretrizes do PMI no âmbito do SUS em Minas Gerais:

I – Vigilância em Saúde: promover um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações acerca da imunização, visando ao planejamento e à implementação de medidas de Saúde Pública;

II – Integração: promover a integração da Vigilância em Saúde (Epidemiológica, Ambiental, Saúde do Trabalhador, Sanitária, Laboratorial) com a Rede de Atenção à Saúde (RAS) na implementação de medidas de Imunização e prevenção de doenças e agravos imunopreveníveis;

III – Intrasetorialidade e intersetorialidade: promover a integração entre diferentes setores e órgãos governamentais e não governamentais para adoção de ações conjuntas, compartilhamento de informações e recursos, e a adoção de medidas integradas para a promoção a saúde e prevenção de doenças e agravos imunopreveníveis;

IV – Logística de imunobiológicos: garantir a distribuição adequada dos imunobiológicos para a população conforme disponibilizado pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), assegurando



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

conservação e qualidade para vacinação de rotina, campanhas de vacinação e outras estratégias para prevenção de doenças e agravos imunopreveníveis e o alcance de coberturas vacinais;

V – Territorialização e adscrição da população: fomentar a identificação da população territorial local em parceria com a Rede de Atenção à Saúde (RAS) para subsidiar a ações de imunização;

VI – Vigilância das Coberturas Vacinais (VCV): promover a coleta, o monitoramento, a avaliação de dados de sistemas oficiais fornecendo subsídios para o diagnóstico da situação vacinal e adoção de intervenção oportuna embasada em evidências técnicas e científicas;

VII – Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE): promover e ampliar o acesso dos indivíduos portadores de quadros clínicos especiais para a vacinação conforme diretrizes do Programa Nacional de Imunizações;

VIII – Vigilância de Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (ESAVI): promover a notificação, investigação e encerramento dos ESAVI com a finalidade de subsidiar a adoção de medidas de segurança oportunas que assegurem a melhor relação risco-benefício para a população vacinada;

IX – Comunicação e mobilização social: desenvolver e executar ações estratégicas, de forma articulada, de modo a potencializar a divulgação, a discussão e a compreensão acerca da imunização;

X – Educação Permanente em Saúde: desenvolver um processo contínuo e sistemático de qualificação dos recursos humanos envolvidos no processo de trabalho em imunização com o objetivo de atualizar e aprimorar constantemente o conhecimento, as habilidades e as competências dos indivíduos;

XI – Educação continuada: Fomentar oportunidades de aprimoramento profissional no âmbito da imunização;

XII – Produção de conhecimento em saúde: realizar esforços coordenados para a produção de informações e o desenvolvimento de pesquisas relacionados a Imunização, elaboração de boletins epidemiológicos e demais meios de divulgação, promoção de espaços para troca de experiências;

XIII – Monitoramento e avaliação de indicadores: acompanhar os dados, as informações e as ações de prevenção de doenças imunopreveníveis, com transparência da informação em saúde;

XIV – Inovação: Identificar e implementar medidas inovadoras que propiciem abordagens para prevenção das doenças e agravos imunopreveníveis;

XV – Base científica: entendida como a necessidade de utilizar evidências científicas atualizadas, considerando boas práticas e recomendações para a imunização, obtidas por meio da realização de pesquisas, de estudos epidemiológicos e de avaliações de impacto das ações implementadas.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 6º - São competências da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), no âmbito do PMI no âmbito do SUS:

- I – definir e garantir equipe mínima com atribuição das competências para atender a todos os programas e ações de imunizações;
- II – estar alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde;
- III – fomentar o PMI no âmbito do SUS em Minas Gerais;
- IV – coordenar e colaborar com a implementação do PMI no território do estado;
- V – coordenar estratégias de monitoramento e avaliação de coberturas vacinais por meio de grupos e comitês institucionais;
- VI – fomentar a vigilância dos casos de Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização;
- VII – consultar o Comitê Técnico Assessor de Imunização e Farmacovigilância (CTAIF) do Estado de Minas Gerais e grupos técnicos de apoio para auxílio nos aspectos técnicos e científicos referente ao Programa de Imunizações e Vigilância das Doenças Imunopreveníveis;
- VIII – garantir, definir e monitorar o financiamento das ações para o enfrentamento e a redução do impacto das doenças e agravos imunopreveníveis sobre a saúde da população;
- IX – incentivar ações de promoção da saúde, adoção de medidas preventivas continuadas, mobilização social e a divulgação das ações de imunização;
- X – promover articulações intersetoriais e intrasetorial para garantir a efetivação desde Programa;
- XI – assegurar a inclusão deste Programa nos instrumentos de gestão do SUS;
- XII – fomentar a realização de pesquisas relacionadas a Imunização e seus impactos na sociedade;
- XIII – identificar, incentivar e implementar práticas de inovação para as ações de Imunização e o controle das doenças e agravos imunopreveníveis;
- XIV – fortalecer a vigilância de ESAVI e os CRIE, promovendo e assegurando a descentralização;
- XV – prestar apoio financeiro e técnico aos municípios, para o planejamento e o fomento as ações de imunização.

Art. 7º - São competências das Secretarias Municipais de Saúde (SMS):

- I – garantir equipe mínima para atender a todos os programas e ações de imunizações;
- II – estar alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde e Estadual;
- III – implantar o PMI para Vigilância das doenças imunopreveníveis;
- IV – coordenar, monitorar e avaliar a implementação do Programa Mineiro de Imunizações no município, por meio de indicadores estratégicos;



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

V – notificar e investigar os casos de Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização;

VI – assegurar o financiamento das ações para o enfrentamento e o impacto das doenças e agravos imunopreveníveis sobre a saúde da população, garantindo a execução e a aplicabilidade dos recursos financeiros nas ações de imunizações;

VII – executar as ações de promoção da saúde e mobilização social no âmbito da imunização;

VIII – fomentar a realização de pesquisas relacionadas a Imunização e seus impactos na sociedade;

IX – identificar, incentivar e implementar práticas de inovação para imunização.

Art. 8º – O financiamento das ações para enfrentamento e redução do impacto das doenças imunopreveníveis sobre a saúde da população deve ser realizado de forma tripartite colaborativa, incluindo o orçamento público, convênios, recursos internacionais e emendas parlamentares.

Art. 9º – As orientações para implementação deste Programa constarão no Plano Operativo do Programa Mineiro de Imunizações.

§ 1º – O Plano Operativo de Imunização está apresentado no Anexo Único desta Deliberação.

§ 2º – Para monitoramento do Programa Mineiro de Imunizações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado de Minas Gerais serão definidos indicadores, que serão incluídos no Plano Operativo.

Art. 10 – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).



ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

PLANO OPERATIVO DO PROGRAMA MINEIRO DE IMUNIZAÇÕES

O Plano Operativo é a forma de recomendar as principais ações a serem desenvolvidas pelo estado e municípios mineiros, para a efetivação do Programa Mineiro de Imunizações (PMI).

Com a finalidade de identificar as atribuições e as competências dos entes federados no PO-PMI/MG, este foi dividido em duas partes: ações do estado, por meio do Nível Central e Nível Regional da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), e ações dos municípios. Em cada parte, são disponibilizadas as ações por Eixos:

- **Governança.**
- **Área Técnica Imunização e Rede de Frio.**
- **Área Integração Atenção Primária à Saúde (APS) e Vigilância.**

1. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (SES/MG)

1.1 NÍVEL CENTRAL

1.1.1 EIXO - GOVERNANÇA

- Assegurar a disponibilidade e qualidade dos imunizantes e insumos de vacinação, de acordo com planejamento adequado de quantitativo a ser distribuído.
- Assegurar recursos financeiros, por meio de Resoluções, a fim de atingir os objetivos do Programa de Imunizações.
- Adquirir veículos climatizados exclusivos para imunização e adequados para o transporte de imunobiológicos.
- Assegurar infraestrutura adequada ao funcionamento da unidade Central de Rede de Frio: estrutura física, equipamentos, instrumentos e recursos tecnológicos.
- Manter equipe de profissionais nas Coordenações de Imunização e de Rede de Frio dimensionada conforme demanda no âmbito estadual para a execução das ações do Programa de Imunizações.
- Fomentar e fortalecer a atuação do Grupo de Análise e Monitoramento da Vacinação (GAMOV), integrando representantes de setores estratégicos para a imunização, a fim de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

implementar estratégias e ações efetivas para a efetivação do Programa Mineiro de Imunizações.

- Incumbir-se da integração com outras Secretarias de Estado (Educação, Justiça, Esportes, Cultura, meio ambiente dentre outras) para a efetivação das ações de Imunização.
- Realizar articulação com Conselhos de Classe e outras entidades representativas do setor saúde a fim de promover orientação adequada aos profissionais de saúde.
- Realizar articulação com organizações da sociedade civil para divulgação e monitoramento da implementação do Programa Mineiro de Imunizações.
- Assegurar o cumprimento das competências pelos diversos setores que trabalham com imunização no nível Central e Regional da SES/MG.
- Incentivar a participação da equipe de imunização em jornadas, congressos, conferências, workshops e cursos específicos na área de imunização.
- Prever no Plano Estadual de Saúde recurso para investimento em ações do Programa de Imunizações e para assegurar o cumprimento das ações previstas no Programa Mineiro de Imunizações.
- Demandar a adequação de Recursos Humanos (RH) para as Coordenações de Imunização e de Rede de Frio visando ao desenvolvimento de ações propostas.

1.1.2 EIXO ÁREA TÉCNICA DE IMUNIZAÇÃO E REDE DE FRIO

- Elaborar o planejamento de ações de imunização, com vistas à otimização dos processos de trabalho.
- Pautar os alertas, os comunicados, os boletins e atualizações de imunização na Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (CIB-SUS/MG), quando necessário.
- Prestar apoio técnico às Unidades Regionais de Saúde (URS) no âmbito da imunização, além de realizar reuniões e eventos junto às mesmas de maneira integrada.
- Realizar reuniões e oficinas para apresentação e discussão das estratégias de vacinação propostas pela SES/MG e/ou Ministério da Saúde (MS), e acompanhar e monitorar essas ações junto às URS.
- Estimular o alinhamento entre URS e municípios para o desenvolvimento de ações locais visando à realização das ações de imunização.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Promover discussões técnicas com o Comitê Técnico Assessor de Imunização e Farmacovigilância (CTAIF), conforme demanda.
- Fomentar e apoiar a Assessoria de Comunicação (ASCOM) na elaboração de peças publicitárias/campanhas com públicos específicos (adultos, adolescentes, idosos, gestantes, indígenas) com linguagem adequada/acessível e informações sobre as vacinas relacionadas a faixa etária, adequando as mídias de divulgação de acordo com o público-alvo.
- Fomentar nos territórios o estabelecimento de parcerias estratégicas para realização de estratégias diferenciadas de vacinação (escolas, igrejas, sociedade civil, entre outros).
- Estabelecer parcerias com universidades e instituições de pesquisa a fim de possibilitar pesquisas no âmbito da imunização.
- Realizar parcerias com serviços públicos, privados, sociedades científicas e entidades de classe.
- Promover e realizar ações de educação continuada e permanente sobre temáticas relevantes na imunização para as URS e municípios, inclusive em parceria com as áreas técnicas de doenças imunopreveníveis.
- Fomentar a formação de monitores do curso de atualização de trabalhadores de sala de vacinação.
- Realizar a Vigilância das Coberturas Vacinais (VCV) de maneira periódica, divulgando as informações às URS e municípios.
- Realizar e atualizar periodicamente a classificação de risco de transmissão de doenças imunopreveníveis.
- Sinalizar áreas de baixa cobertura vacinal e de alto risco de transmissão de doenças imunopreveníveis para URS e municípios, para enfrentamento da situação.
- Elaborar e divulgar alertas, comunicados e/ou Boletins Epidemiológicos referentes a imunização, garantindo oportunamente informações estratégicas aos gestores, trabalhadores e à população.
- Atuar junto às URS e Atenção Primária à Saúde (APS), orientando aos municípios sobre a necessidade de os sistemas de vacinação municipais realizarem: 1) a interoperabilidade com a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS); 2) a integração com CADSUS e 3) adequação/ ajustes dos sistemas conforme as regras da RNDS, a fim de manter as informações de vacinação qualificadas e em tempo oportuno.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Elaborar catálogo com endereços de todos os CRIE existentes, separando os físicos e os virtuais, e disponibilizar informações dos pontos de atendimentos dos CRIE existentes no site da SES ou por meio das Assessoria de Comunicação Social (ASCOM).
- Atualizar as referências técnicas regionais quanto aos imunobiológicos disponibilizados pelos CRIE, bem como fluxo de acesso, a fim de orientar os profissionais das salas de vacina das Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS).
- Estimular que as referências do CRIE das URS, CRIE Estadual e CRIE Macrorregional realize atualização com os profissionais e trabalhadores de saúde quanto a recomendação das indicações de vacinas especiais para população como forma de garantir e assegurar a dispensação adequada e oportuna.
- Estabelecer uma rotina de monitoramento para Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (ESAVI) com o objetivo de detectar e analisar precocemente os eventos e fornecer respostas adequadas para minimizar o impacto na saúde dos usuários e no programa de imunizações.
- Monitorar e garantir o controle e disponibilização de acesso aos operadores ao sistema de informação de vigilância de ESAVI.
- Fomentar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e veículos utilizados para conservação e transporte de imunobiológicos, em conformidade com as especificações contratuais vigentes, garantindo assim a segurança e qualidade dos imunobiológicos.
- Transportar os imunobiológicos em veículos refrigerados, acondicionados em caixas térmicas apropriadas, com utilização de instrumentos de medição que permitam o monitoramento da temperatura, assegurando suas características imunogênicas.
- Realizar programação para aquisição de equipamentos e insumos a serem distribuídos para as URS de forma oportuna.
- Orientar, apoiar e capacitar os técnicos das URS nos processos da Rede de Frio: programação, recebimento, armazenamento e distribuição, com o objetivo de garantir a manutenção da qualidade dos imunobiológicos.

1.1.3 EIXO - ÁREA INTEGRAÇÃO ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- Divulgar oportunamente os calendários atualizados de vacinação para vigilância em Saúde e APS.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Treinar as referências regionais sobre o sistema e-SUS APS.
- Divulgar, orientar e fomentar ações de mobilização em reuniões com as URS, promovendo a integração entre VS e APS.
- Qualificar as condutas das referências técnicas regionais frente a um ESAVI identificado no âmbito da APS, bem como seu monitoramento e encerramento.
- Estabelecer e participar do Grupo Técnico (GT) conjunto entre APS e VS, a fim de acompanhar e propor estratégias de integração e operacionalização da imunização.
- Elaborar material técnico de consulta rápida pelo profissional da APS que contemple informações específicas e particularidades de cada imunobiológico, inclusive possíveis eventos adversos.
- Disponibilizar os fluxos de recebimento e de armazenamento dos imunobiológicos e insumos no âmbito das UAPS para as URS, por meio de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) atualizados e devidamente referenciados.
- Monitorar os registros de doses aplicadas na estratégia e-SUS APS, identificando e retificando as inconsistências.
- Promover qualificações das referências do e-SUS periodicamente, a fim de garantir a sua atualização quanto ao preenchimento, análise, monitoramento e retificações das informações.

1.2 NÍVEL REGIONAL

1.2.1 EIXO - GOVERNANÇA

- Elaborar o planejamento estratégico da área técnica de Imunização, com vistas à otimização dos processos de trabalho e com envolvimento da APS.
- Manter equipe de profissionais nas áreas técnicas de Imunização e de Rede de Frio dimensionada conforme demanda no âmbito estadual para a execução das ações do Programa de Imunizações;
- Pautar e informar os alertas, os comunicados, os boletins e atualizações de imunização na Comissão Intergestores Macrorregional e/ou Microrregional;
- Gerir veículos climatizados exclusivos para imunização - adequados para transporte de imunobiológicos, e instrumentos - tais como câmaras frias, termômetros, *data logger*, ar-condicionado, dentre outros.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Assegurar disponibilidade de contratos para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e veículos utilizados para conservação e transporte de imunobiológicos, garantindo assim a segurança e qualidade dos imunobiológicos.
- Estabelecer um Grupo Gerencial Técnico (GGT) para acompanhar, propor e viabilizar estratégias de integração e operacionalização da imunização na Regional, formado por representantes da gestão, da assistência e vigilância da URS da SES/MG.
- Garantir o cumprimento das competências pelos diversos setores que trabalham com imunização na URS da SES/MG.
- Fomentar o estabelecimento de um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) entre APS e VS para avaliar e propor estratégias de integração.
- Garantir o cumprimento das competências pelos diversos setores que trabalham com imunização na URS.
- Fomentar uma agenda única entre educação e saúde para desenvolvimento das ações de imunização nos territórios.
- Fortalecer parcerias com universidades e instituições de pesquisa para qualificação dos profissionais da saúde e educação sobre imunização nos territórios, bem como para estabelecimento de pesquisas sobre a temática.
- Fomentar a publicização de ações de imunização realizadas nos territórios.
- Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação conjunta para acompanhar o progresso das ações de imunização, identificar desafios e oportunidades de melhoria contínua.
- Incentivar a aquisição de equipamentos e veículos adequados pelos municípios, garantindo boas práticas no processo de recebimento, conservação, distribuição e transporte dos imunobiológicos.
- Estabelecer um fluxo de mídias e peças publicitárias entre o Nível Central e as URS para sua veiculação mais ágil.
- Incentivar a participação da equipe de imunização Jornadas, congressos, conferências, workshops e cursos específicos na área de imunização.

1.2.2 EIXO - ÁREA TÉCNICA DE IMUNIZAÇÃO E REDE DE FRIO

- Replicar as atualizações realizadas pelo Nível Central da SES/MG aos municípios da área de abrangência.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Oferecer apoio para a equipe do Nível Central da SES/MG quando necessário para a realização de ações no âmbito do PMI.
- Definir regularmente agendas para avaliação do PMI nos municípios.
- Elaborar e divulgar alertas, comunicados e/ou Boletins Epidemiológicos referentes à Imunização, garantindo oportunamente informações estratégicas aos gestores, trabalhadores e à população.
- Assegurar que trabalhadores envolvidos no processo de imunização tenham acesso a informações e atualizadas e capacitações sobre vacinas e protocolos de vacinação.
- Promover e realizar ações de educação continuada e permanente sobre temáticas relevantes na imunização para os municípios, inclusive em parceria com as áreas técnicas de doenças imunopreveníveis.
- Disponibilizar uma agenda para atualização, quando necessário, dos coordenadores/referências municipais e equipe técnica sobre o Programa de Imunizações.
- Apoiar a produção das pesquisas científicas, desenvolvimento de projetos e cursos relacionados à imunização, prestando suporte quando necessário aos municípios.
- Promover e realizar ações de educação permanente e continuada aos municípios, incluindo capacitações em parceria com as referências de doenças imunopreveníveis.
- Realizar reuniões e oficinas para apresentação e discussão das estratégias de vacinação propostas pelo MS e/ou pela SES/MG junto aos municípios.
- Acompanhar e monitorar as estratégias de vacinação junto aos municípios.
- Estabelecer parcerias intersetoriais (Ministério Público - MP/Educação/Polícia Militar – PM/Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG dentre outros) para fomentar as ações do Programa de Imunizações.
- Realizar a VCV por município de abrangência de maneira periódica, garantindo informação qualificada e oportuna.
- Identificar áreas de baixa cobertura vacinal e de alto risco de transmissão de doenças imunopreveníveis e propor estratégias, junto aos municípios, para enfrentamento da situação.
- Orientar, em parceria com a APS, aos municípios sobre a necessidade de os sistemas de vacinação municipais realizarem: 1) a interoperabilidade com a RNDS; 2) a integração com CADSUS e 3) adequação/ ajustes dos sistemas conforme as regras da RNDS, a fim de manter as informações de vacinação qualificadas e em tempo oportuno.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Atualizar as referências técnicas dos municípios quanto aos imunobiológicos disponibilizados pelos CRIE, bem como fluxo de acesso, a fim de orientar os profissionais das salas de vacina das Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS).
- Estimular que as referências do CRIE dos municípios e CRIE Macrorregional realizem atualização com os profissionais e trabalhadores de saúde quanto à recomendação das indicações de vacinas especiais para a população, a fim de assegurar a dispensação adequada e oportuna.
- Estabelecer rotina de vigilância de ESAVI, de modo a detectar e analisar precocemente os eventos adversos e fornecer resposta adequada para minimizar o impacto na saúde dos usuários e no programa de imunizações.
- Monitorar e garantir o controle e disponibilização de acesso aos operadores ao sistema de informação de apoio a vigilância de ESAVI.
- Fomentar a qualidade dos registros de investigação de ESAVI pelos municípios para subsidiar encerramentos oportunos e qualificados.

1.2.3 EIXO - ÁREA INTEGRAÇÃO ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) E VIGILÂNCIA

- Realizar reuniões periódicas (mínimo mensal) entre VS e APS.
- Divulgar oportunamente os calendários atualizados de vacinação para atenção à saúde e considerar parcerias com serviços públicos, privados, sociedades científicas e entidades de classe.
- Realizar capacitações voltadas às referências municipais sobre o sistema e-SUS APS.
- Ofertar treinamentos regulares para os trabalhadores envolvidos no processo de imunização e demais áreas de saúde de interesse sobre temáticas pertinentes à imunização.
- Propor aos municípios o funcionamento de UAPS em horário estendido de acordo com perfil epidemiológico e necessidade da população.
- Incentivar a realização de eventos extramuros sobre a temática (feiras/ simpósio/ workshop) pelos municípios.
- Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação conjunta para acompanhar o progresso das ações de imunização, identificar desafios e oportunidades de melhoria contínua.



2. SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (SMS)

2.1 EIXO - GOVERNANÇA

- Prever no Plano Municipal de Saúde recurso para investimento em ações do Programa de Imunizações.
- Manter equipe de profissionais nas áreas técnicas de Imunização e de Rede de Frio dimensionada conforme demanda no âmbito estadual para a execução das ações do Programa de Imunizações.
- Assegurar o funcionamento estendido das salas de vacinação de acordo com perfil epidemiológico e necessidade de acesso da população.
- Disponibilizar estruturas e equipamentos para vacinação extramuros.
- Fornecer recursos financeiros para a aquisição de equipamentos e veículos adequados, garantindo boas práticas no processo de recebimento, conservação, distribuição e transporte dos imunobiológicos.
- Garantir os equipamentos e os veículos adequados para as salas de imunização e Rede de Frio: câmara refrigerada, termômetros, ar-condicionado, caixa térmica, bobina reutilizável.
- Fornecer veículos climatizados exclusivos para imunização e adequado para transporte de imunobiológico.
- Assegurar equipamentos de informática próprios (computador, impressora, no-break e outros) e internet para o setor de imunização.
- Definir de forma clara as atribuições de cada área e incentivar os profissionais ao trabalho em conjunto e integrado.
- Identificar e estabelecer parcerias com Organizações Não Governamentais (ONG), sociedades médicas, instituições acadêmicas, e organizações da sociedade civil que possam contribuir para o fortalecimento das ações de imunização.
- Realizar contratação de empresas para manutenções preventivas e corretivas de equipamentos e veículos utilizados para imunização.
- Adequar a infraestrutura física para alocação da oferta do serviço de imunização oportuna e suficiente no município.
- Apoiar a área técnica na construção de uma agenda protegida para capacitações dos profissionais envolvidos com a temática.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Monitorar resoluções que disponibilizam recursos para realização da mobilização e participar efetivamente das ações de mobilização.
- Fomentar a divulgação do serviço de vacinação para a população.
- Garantir a logística para os profissionais participarem de treinamentos quando ofertados por outras instituições.
- Incentivar a participação da equipe de imunização em Jornadas, congressos, conferências, workshops e cursos específicos na área de imunização.
- Fomentar ações de educação permanente para os profissionais da sala de vacina, quanto as indicações e aos imunobiológicos especiais disponíveis nos CRIE, conforme protocolo.

2.2 EIXO - ÁREA TÉCNICA DE IMUNIZAÇÃO E REDE DE FRIO

- Promover ações de educação permanente e continuada junto aos profissionais de saúde (técnicos e auxiliares de enfermagem, enfermeiros, médicos) dos serviços público e privado.
- Sensibilizar trabalhadores de saúde quanto a importância da vacinação.
- Identificar e estabelecer parcerias com Organizações Não Governamentais (ONG), sociedades médicas, instituições acadêmicas, e organizações da sociedade civil que possam contribuir para o fortalecimento das ações de imunização.
- Garantir a disponibilidade adequada de vacinas (considerando a disponibilidade por parte do MS) em todas as unidades de saúde, incluindo áreas remotas e de difícil acesso.
- Prestar informações para as áreas envolvidas de forma clara, objetiva e dentro da normativa técnica, a fim de viabilizar o processo de educação em saúde e mobilização.
- Manter o gestor de saúde, coordenadores e profissionais de saúde informados sobre a cobertura vacinal do município.
- Incluir e fomentar a participação de todos os profissionais de saúde nas ações de Imunização.
- Manter profissionais e referências técnicas atualizadas quanto à disponibilidade de doses, atualização do calendário nacional de vacinação de rotina e o calendário de vacinação de pacientes com condições clínicas especiais nos CRIE.
- Definir regularmente agendas para avaliação dos dados de ocorrência de doenças imunopreveníveis cruzadas as evidências de oferta e coberturas vacinais para os grupos de risco/vulneráveis.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Divulgar oportunamente os calendários atualizados de vacinação para atenção à saúde e realizar parcerias com serviços públicos, privados, sociedades científicas e entidades de classe.
- Compartilhar o diagnóstico e análise situacional do território com a identificação dos grupos populacionais e comunidades que podem estar em risco de baixa cobertura vacinal no Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal para fins de planejamento das ações de verificação de situação vacinal nas escolas de forma intersetorial com a Educação.
- Elaborar e divulgar alertas, comunicados e/ou Boletins Epidemiológicos referentes a Imunização, garantindo oportunamente informações estratégicas aos gestores, trabalhadores e à população.
- Recomendar aos profissionais que garantam: 1) a interoperabilidade dos dados de vacinação dos sistemas municipais com a RNDS; 2) a integração do sistema municipal de registro de vacinação com CADSUS e 3) adequação / ajustes do sistema municipal de vacinação conforme regras da RNDS, a fim de manter as informações de vacinação qualificadas e em tempo oportuno.
- Promover capacitações e atualizações para os trabalhadores das salas de vacinas sobre o uso do sistema de informação do PNI e vigilância das Coberturas Vacinais.
- Promover articulação e parcerias institucionais com hospitais, maternidades e instituições de ensino e pesquisa, a fim de fortalecer a rede de atenção à saúde.
- Estabelecer parcerias com universidades e instituições de pesquisa a fim de possibilitar pesquisas no âmbito da imunização.
- Monitorar os registros de doses aplicadas de vacinas especiais administradas nos CRIE.
- Realizar a VCV de maneira periódica, garantindo qualificação e informação oportuna.
- Identificar áreas de baixa cobertura vacinal e de alto risco de transmissão de doenças imunopreveníveis e realizar estratégias de vacinação para enfrentamento da situação.
- Estabelecer rotina de vigilância de ESAVI, de modo a detectar e analisar precocemente os eventos adversos e fornecer resposta adequada para minimizar o impacto na saúde dos usuários e no programa de imunizações.

2.3 EIXO - ÁREA INTEGRAÇÃO ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E VIGILÂNCIA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Estabelecer um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) entre APS e VS, com realização de reuniões de periodicidade mínima mensal, para acompanhar e propor estratégias integradas para a imunização, de acordo com a realidade do território.
- Desenvolver campanhas de comunicação com mensagens claras e consistentes sobre a importância da imunização, direcionadas a diversos públicos-alvo e utilizando os canais de comunicação disponíveis no território,
- Promover e executar capacitação da APS e VS e demais áreas de saúde interessadas sobre imunização.
- Realizar diagnóstico e análise situacional do território de forma a identificar grupos populacionais e comunidades que podem estar em risco de baixa cobertura vacinal.
- Estimular a participação ativa da comunidade na promoção da vacinação, envolvendo-a em campanhas e eventos educativos.
- Realizar avaliações periódicas das novas estratégias de vacinação para avaliar sua eficácia e impacto na comunidade.
- Incentivar os profissionais de saúde que atuam na imunização a realizarem capacitações com toda a equipe de forma permanente.
- Assegurar o funcionamento de UAPS em horário estendido e alinhados ao público que precisa de ser atendido e que possuir condições especiais.
- Realizar a vacinação extramuros, de forma regular e com cronogramas definidos, em zonas rurais e áreas descobertas, incluindo Vacimóvel (se disponível) e outras ações necessárias.
- Informar aos superiores sobre a necessidade de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos.
- Apoiar na divulgação do serviço à população.
- Esclarecer e orientar os usuários, familiares e/ou responsáveis sobre o acesso aos imunobiológicos especiais disponibilizados nos CRIE, garantindo o direito de imunização dos pacientes portadores de condições clínicas especiais.
- Registrar a utilização de insumos e das doses aplicadas nos Sistemas de Informações existentes.
- Registrar as doses aplicadas no sistema de informação preferencialmente recomendado pelo PNI (SI-PNI e/ou e-SUS módulo vacinação - estratégia especial), ou sistema próprio municipal utilizado pelo estabelecimento de saúde que aplicou a dose.
- Monitorar as informações (doses aplicadas, utilização de insumos) registradas nos Sistemas de Informações oportunamente.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Divulgar oportunamente os calendários atualizados de vacinação para atenção à saúde e considerar parcerias com serviços públicos, privados e suplementares e sociedades de profissionais.
- Promover a valorização do profissional de sala de vacina.
- Propor ações pontuais nos territórios com bolsões de não vacinados.
- Ser proativo e responsável no planejamento e execução das ações extramuros.
- Manter o gestor de saúde, coordenadores e profissionais de saúde informados sobre a cobertura vacinal do município.
- Verificar áreas de maior risco para doenças imunopreveníveis e realizar ações para melhor atendimento desta população, fornecendo materiais e recursos humanos adequado para as ações pontuais.
- Realizar o microplanejamento no território.
- Identificar e estabelecer parcerias com organizações não governamentais, como sociedades médicas, ONGs de saúde, instituições acadêmicas, e outros grupos da sociedade civil que possam contribuir com o fortalecimento das ações para a imunização.
- Assegurar agenda para realização de treinamentos para equipe com objetivo de qualificar os profissionais do território.

3. INDICADORES

Para fins de cumprimento do previsto no PMI e no PO-PMI, os municípios deverão realizar a vigilância da cobertura vacinal, realizando um diagnóstico situacional local que resultará em uma publicação (boletim epidemiológico). A partir desse diagnóstico, dever-se-á elaborar um plano de ação municipal contendo ações para o planejamento de ações para ampliação da cobertura vacinal.

Também deverá ser instituído Grupo Técnico de Trabalho em Imunização, integrando as áreas de Vigilância em Saúde e APS. Por fim, deverão ser planejadas ações de vacinação extramuros, que terão por objetivo alcançar a população geral e populações específicas, ampliando o acesso à imunização.

INDICADOR 1: Análise e divulgação das coberturas vacinais (CV) no município

Descrição do Indicador: O indicador se refere à análise e à divulgação das CV nos municípios a partir da implementação da vigilância das coberturas vacinais. A análise e a divulgação dos dados



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

deverá resultar na confecção de boletins epidemiológicos, que deverão também: conter o monitoramento e avaliação das ações adotadas, recomendar medidas de vacinação e divulgar informações a respeito da situação vacinal.

Método de Cálculo: número absoluto de boletins epidemiológicos sobre CV confeccionados e divulgados no período

Período de monitoramento e validação dos resultados: Anual

Fonte da Informação: Oficial, conforme envio de documentação comprobatória em instrumento padronizado.

Unidade de Medida: Número absoluto

Polaridade: Maior melhor

Meta: 1 por ano

INDICADOR 2: Número de planos de ação municipais para ampliação da cobertura vacinal

Descrição do Indicador: O indicador se refere à elaboração de plano de ação municipal contendo o planejamento de ações para ampliação da CV.

Método de Cálculo: número absoluto de planos de ação entregues no período

Período de monitoramento e validação dos resultados: Anual

Fonte da Informação: Oficial, conforme envio de documentação comprobatória em instrumento padronizado.

Unidade de Medida: Número absoluto

Polaridade: Maior melhor

Meta: 1 por ano

INDICADOR 3: Número de reuniões realizadas a partir da implementação do Grupo Técnico de Trabalho (GTT) em Imunização (integrado entre Vigilância em Saúde e Atenção Primária à Saúde)

Descrição do Indicador: A fim de garantir a integração entre Vigilância em Saúde e Atenção Primária à Saúde na operacionalização das ações propostas pela Política Estadual de Imunização de Minas Gerais e pelo Programa de Imunizações, este indicador se refere ao número de reuniões realizadas pelo GTT no município, de acordo com a periodicidade indicada.

Método de Cálculo: (número absoluto de reuniões realizadas no período / total de reuniões previstas no período) X 100

Período de monitoramento e validação dos resultados: Semestral



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Fonte da Informação: Oficial, conforme envio de documentação comprobatória em instrumento padronizado.

Unidade de Medida: Percentual

Polaridade: Maior melhor

Meta: reuniões mensais, objetivando 6 reuniões no período de 6 meses. Será considerada meta cumprida se houver realização de pelo menos 80% das reuniões previstas para o semestre.

INDICADOR 4: Número de ações de imunização extramuros realizadas no município

Descrição do Indicador: O indicador se refere ao número de ações de imunização extramuros realizados no município. Considera-se ações de vacinação extramuros aquelas ocorridas fora da unidade de saúde (em instituições, residências, feiras, *shoppings*, estacionamentos, entre outras, além de ações voltadas para imunização de populações vulneráveis e que vivem em locais de difícil acesso).

Método de Cálculo: número absoluto de ações realizadas no período

Período de monitoramento e validação dos resultados: Semestral

Fonte da Informação: Oficial, conforme envio de documentação comprobatória em instrumento padronizado.

Unidade de Medida: Número absoluto

Polaridade: Maior melhor

Meta: mínimo de 4 ações por período avaliado.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Operativo do Programa Mineiro de Imunizações de Minas Gerais recomendou ações para estado e municípios para que se possa minimizar impactos e evitar doenças imunopreveníveis na população mineira. Essa é a forma de tornar real a Programa Mineiro de Imunizações de Minas Gerais (PMI/MG).

Tanto o PMI/MG quanto a PO-PMI/MG foram construídas com a contribuição os colaboradores do Nível Central e Nível Regional da SES/MG, bem como, com a participação do Conselho Estadual da Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS/MG) e do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES/MG).

Assim, a SES/MG agradece o empenho e a dedicação dos diversos atores para tornar o SUS real o SUS ideal.